



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

19/01/2018 ATÉ 19/01/2018

INDÍCE

1	PRESIDÊNCIA	
1.1	BLOG DANIEL MATOS.....	1
1.2	BLOG DIEGO EMIR.....	2
1.3	BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	3
1.4	BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	4
1.5	BLOG DO MINARD.....	5
1.6	BLOG DOMINGOS COSTA.....	6
1.7	BLOG GILBERTO LEDA.....	7
1.8	BLOG JAILSON MENDES.....	8
1.9	BLOG JORGE ARAGÃO.....	9
1.10	BLOG MARAMAIS.....	10
1.11	BLOG MARCO DEÇA.....	11
1.12	BLOG PAULO ROBERTO.....	12
1.13	BLOG RONALDO ROCHA.....	13
1.14	BLOG ZECA SOARES.....	14
1.15	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15
1.16	SITE O MARANHENSE.....	16

Tema solicita ao TJMA apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

Por Daniel Matos • sexta-feira, 19 de Janeiro de 2018 às 09:50

Durante a reunião com Tema, José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

Tema cumprimenta o presidente do TMA, ao lado do prefeito de Balsas, Erick Augusto

“Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJMA, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

O post [Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

O post [Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

Pedido para impugnar criação de novos cargos de desembargador é arquivado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que os jurisdicionados saem vitoriosos com o arquivamento, pelo Conselho Nacional de Justiça, do pedido para impugnar o projeto de lei que criou três novas vagas para o cargo de desembargador.

"Quem ganha com isso é a sociedade, os cidadãos. Foi uma decisão sensata e acertada, tendo em vista que a criação de três novos cargos de desembargador se justifica pelo aumento acentuado das demandas processuais nos últimos anos no âmbito da Justiça estadual".

De acordo com o presidente do TJMA a medida vem contribuir para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de segundo grau. Quanto ao impacto no orçamento, os estudos financeiros comprovaram que é perfeitamente viável a iniciativa do ponto de vista orçamentário.

"Dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) mostram que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros Tribunais de médio porte, conforme classificação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que - através da pesquisa "Justiça em Números 2017" - reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores", ressalta o presidente do TJMA.

O post [Pedido para impugnar criação de novos cargos de desembargador é arquivado](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

A agenda frenética de Othelino...

Desde que assumiu oficialmente a presidência da Assembleia Legislativa do Maranhão, no último dia 04, o deputado Othelino Neto (PCdoB) não tem parado um instante. São inúmeras reuniões, encontros, visitas e diversos compromissos políticos. Abaixo o Blog do Domingos Costa fez um 'apanhado' do quanto foi frenética a agenda do parlamentar nos últimos dias, acompanhe:

- Presidente do Iprev

Recebeu na terça-feira (16), a visita do novo presidente do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (Iprev), Joel Benin. Ele estava acompanhado do chefe de Gabinete do Iprev, Edson Caruso, e do diretor administrativo do órgão, Danilo Gaioso. O grupo conversou longamente sobre a situação previdenciária do país e, em especial do Maranhão, com a criação do Iprev, no ano passado. O presidente da Assembleia elogiou o governador Flávio Dino (PCdoB), por haver criado o órgão para tocar a Previdência do Estado.

- Ministro do STJ

Recebeu na terça-feira (16), no Gabinete da Presidência, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o maranhense Reynaldo Soares da Fonseca. Acompanharam a visita o deputado estadual Stênio Rezende (DEM), o Procurador-Geral da Assembleia, Tarcísio Araújo, e os procuradores da Casa, Giovane Amorim e Felipe Ribeiro. O presidente da Assembleia disse que recebeu com muita alegria a gentil visita do ministro Reynaldo Soares da Fonseca e que conversaram sobre temas que estão na agenda do Judiciário, do Congresso Nacional e de interesse do Maranhão.

- Presidente do TJ-MA

Fez uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, na quinta-feira (11), pela manhã. Os dois conversaram longamente sobre temas relacionados aos dois poderes e outros temas ligados ao Estado. Othelino Neto destacou a importância da relação harmoniosa e respeitosa entre os dois poderes, cada um dentro do seu papel constitucional, em benefício da sociedade. O presidente da Assembleia destacou também a trajetória do desembargador José Joaquim no Judiciário.

- Procurador-geral de Justiça

Recebeu na quarta-feira (17) foi a vez da visita de cortesia do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Além de trazer os cumprimentos ao presidente da Casa e reforçar a harmonia institucional, a reunião também teve como objetivo discutir uma parceria entre as instituições para a veiculação das ações do Ministério Público na grade de programação da TV Assembleia. Acompanhado do diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Marco Amorim, e da coordenadora de Comunicação do MPMA, Lucinda Medeiros, o procurador-geral destacou que as relações institucionais, independentes e harmoniosas, são fundamentais para a democracia.

- Diretoria do Sinduscon

Recebeu nesta quinta-feira (18), os membros da diretoria do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon). Além da visita de cortesia, os empresários vieram pedir o apoio do Legislativo para solucionar alguns impasses que têm permeado o setor. Fábio Nahuz, presidente do Sinduscon, disse que a visita

da diretoria ao presidente Othelino Neto teve como objetivo renovar a parceria com o Legislativo que, segundo ele, sempre deu atenção aos pleitos da construção civil. O presidente Othelino Neto destacou que a construção civil é uma atividade muito importante na economia local e, por isso, a Assembleia Legislativa reconhece a importância de discutir as demandas do setor.

- Procurador-geral do Estado

Recebeu na quinta-feira (18) a visita do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, acompanhado de subprocuradores. O presidente aceitou a sugestão da Procuradoria de realizar para deputados, servidores e assessores seminário sobre as vedações da Legislação eleitoral deste ano. Othelino Neto agradeceu a visita dos procuradores e contou que conversaram sobre ações do Estado em comum com a Assembleia, além de haver aceitado a oferta para que seja feito, na Casa, um seminário sobre as condutas vedadas nesse ano eleitoral.

- Presidente da OAB-MA

Uma das visitas de cortesia que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta quinta-feira (18), foi a do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão (OAB-MA), Thiago Diaz, acompanhado de outros diretores e assessores. O novo procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo, participou do encontro. O grupo conversou sobre vários temas, mas o principal foi a relevância do Legislativo Estadual e da OAB-MA para a população do Estado. Othelino Neto colocou a Assembleia à disposição da OAB-MA, para que façam sugestões quando da tramitação de projetos de interesse da categoria ou da população em geral.

- Dom José Belisário

Fez uma visita de cortesia ao arcebispo de São Luís, Dom José Belisário, na quarta-feira (17). Do encontro, no Palácio Episcopal, na Avenida Pedro II, participou também o deputado Bira do Pindaré (PSB). Othelino Neto destacou a importância do tema da Campanha da Fraternidade e a figura de Dom Belisário. Othelino Neto, que é jornalista, contou que, por vários anos, participou, ao lado do pai, o também jornalista Othelino Filho, de um programa da Rádio Educadora, chamado Destaque da Imprensa.

- Dirigentes da ADEMI

Recebeu na terça (16) a visita de cortesia de representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI). Na pauta, um panorama sobre a atual situação da construção civil no Maranhão que, segundo a associação, responde pela geração de 55 mil empregos no Estado. Acompanhado de outros empresários do setor, o presidente da ADEMI, Cláudio Calzavara, apresentou a atual situação das empresas do ramo da construção no Maranhão. Ele pediu o apoio do presidente da AL, junto ao Governo do Estado, em algumas demandas específicas, como a ampliação da participação do número de empresas na execução de obras populares.

CNJ arquiva questionamento sobre novos cargos de desembargador

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) arquivou um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) do Sindicato do Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) sobre a lei de criação de três novas vagas de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

Na avaliação do Departamento Jurídico do Sindicato, o projeto não cumpriu critérios estabelecidos na Resolução Nº 184/2013 do próprio CNJ, por ter sido enviado diretamente à Assembleia.

Os argumentos não convenceram o Conselho.

Ao comentar o caso, o presidente do TJ-MA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que os jurisdicionados saem vitoriosos com o arquivamento.

"Quem ganha com isso é a sociedade, os cidadãos. Foi uma decisão sensata e acertada, tendo em vista que a criação de três novos cargos de desembargador se justifica pelo aumento acentuado das demandas processuais, nos últimos anos, no âmbito da Justiça estadual", pontuou o desembargador José Joaquim.

De acordo com o presidente do TJMA, a medida vem contribuir para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de Segundo Grau. Quanto ao impacto no orçamento, os estudos financeiros comprovaram que é perfeitamente viável a iniciativa do ponto de vista orçamentário.

"Dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) mostram que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros tribunais de médio porte, conforme classificação do CNJ que, através da pesquisa "Justiça em Números 2017", reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores", ressaltou o presidente do TJMA.

The post [CNJ arquiva questionamento sobre novos cargos de desembargador](#) appeared first on [Gilberto Léda](#).

Presidente do Tribunal de Justiça parabeniza jovem de São João Batista que se destacou na redação do Enem 2017

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, manifestou, nesta sexta-feira (19), voto de congratulações à jovem Milena Silva Cutrim, moradora do povoado Olinda dos Aranhas, zona rural de São João Batista, que na redação do Enem 2017 obteve 960 pontos.

Para o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos - que também é natural de São João Batista - o desempenho da estudante Milena Silva Cutrim engrandece a história do Município e serve de inspiração a outros jovens em busca de educação, superação e conquistas.

“Enalteço a brilhante conquista de Milena Silva Cutrim, uma conterrânea que enche de orgulho a todos nós de São João Batista. Sua determinação e empenho nos estudos é um exemplo a ser seguido por outros estudantes. É uma prova de que com dedicação aos estudos, nossos jovens podem ir mais longe”, pontuou o presidente do TJMA.

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, irmão do presidente do TJMA e conterrâneo de Milena Cutrim, também parabenizou a estudante pelo ótimo desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio. Fonte: TJMA

Tema pede ao TJ apoio para combate de sonegação fiscal

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

“Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

“Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios?

O presidente da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Othelino Neto recebe presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O desembargador veio retribuir a visita de cortesia do parlamentar, na semana passada, no TJMA.

“Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, na semana passada, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes”, disse o presidente do TJMA.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. “Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário”, concluiu.

CNJ arquiva questionamento sobre criação de cargos de desembargador

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, considerou acertada a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que arquivou questionamento do Sindjus sobre a aprovação do projeto de lei que criou três novas vagas para o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão.

"Foi uma decisão justa, sensata, tendo em vista que a criação de três novos cargos de desembargador se justifica pelo aumento acentuado das demandas processuais, nos últimos anos, no âmbito da Justiça estadual. Quem ganha com isso é a sociedade, o cidadão", frisou o presidente do TJMA.

De acordo com o presidente do TJMA, a medida vem contribuir para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de Segundo Grau. "Quanto ao impacto no orçamento, os estudos financeiros comprovaram que é perfeitamente viável a iniciativa do ponto de vista orçamentário", explicou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

DADOS - Levantamento da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) apontam que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros tribunais de médio porte, conforme classificação do Conselho Nacional de Justiça, que - através da pesquisa "Justiça em Números 2017" - reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores.

De acordo com o levantamento, há unidades da Federação que possuem adensamento populacional similar ao do Maranhão, como por exemplo Goiás e Santa Catarina, ambos considerados de médio porte, mas que possuem um corpo jurídico mais robusto, composto, respectivamente, por 36 e 89 desembargadores.

"No ano de 2011, foram distribuídos 6.262 processos, entre cíveis e criminais, sendo que até o momento, já se encontram distribuídos, dentre físicos e eletrônicos, 22.129. Esses dados confirmam o aumento exponencial da demanda processual, situação que reclama a criação de cargos de desembargador para esta Corte de Justiça", enfatizou o presidente do TJMA.

Houve também o aumento do número dos cargos de juiz de 1º Grau, a exemplo da Lei Complementar nº 188/2017, a qual criou seis cargos de Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Final para a Comarca da Ilha de São Luís.

Tema pede apoio contra sonegação fiscal

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

“Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a Famem solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Pergentino Holanda

Há um mês no exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos (foto) vem dando prioridade à transparência, ao diálogo franco e aberto com a sociedade, com os Poderes constituídos e as instituições

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.